

O CAMINHO DAS ÁGUAS NA SUB-BACIA DO CANAL DO CUNHA

PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA
DOS RECURSOS HÍDRICOS

  2015

Rio de Janeiro



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

O CAMINHO DAS ÁGUAS NA SUB-BACIA DO CANAL DO CUNHA: PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Construção de um Observatório que contribua para uma governança democrática dos recursos hídricos no contexto da sub-bacia hidrográfica do canal do Cunha

O Grupo de Articulação dos Povos da Sub-bacia do Canal do Cunha parte do pressuposto de que o debate e as práticas relativas às diferentes formas de acesso e apropriação dos recursos ambientais, devem ter como referência e horizonte de ação um questionamento arrojado: como garantir o direito a ambientes sustentáveis e saudáveis em territórios urbanos vulnerabilizados? Para o grupo, a resposta para essa pergunta encontra-se parcialmente na construção de espaços onde a fala, o conhecimento e o protagonismo popular, articulados de forma colaborativa e cooperativa com as instituições de ensino, pesquisa e o poder público, contribuam para a produção e a gestão de políticas públicas territorializadas.

Com essa pretensão, o Grupo de Articulação organizou no auditório do Museu da Vida/Fiocruz, no dia 26 de setembro, com apoio da Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência/Fiocruz, o **IV Encontro do Comitê dos Rios - O Caminho das Águas na Sub-bacia do Canal do Cunha: Participação e Gestão Democrática dos Recursos Hídricos**. O principal objetivo desse evento foi discutir com os movimentos sociais e organizações de base comunitária das favelas e bairros da sub-bacia do canal do Cunha as bases e os fundamentos para novas práticas de ação coletiva e de sociabilidade pública. Para isso, foi proposto a criação de um Observatório para a sub-bacia hidrográfica do canal do Cunha.

A proposta do Observatório é resultado do histórico de luta dos movimentos sociais e organizações de base comunitária que compõem o Grupo de Articulação dos Povos da Sub-bacia Hidrográfica do Canal do Cunha. Esse coletivo, desde de 2009, articulou, promoveu e organizou nos últimos

anos importantes iniciativas e ações para a produção de ambientes mais democráticos, justos e saudáveis na sub-bacia do canal do Cunha. O grupo foi responsável, por exemplo, pela organização da Pré-Conferência Local de Saúde Ambiental do Canal do Cunha (2009); pelo I, II, III e IV Encontro do Comitê dos Rios; participou da institucionalização do Subcomitê Trecho Oeste da Baía de Guanabara; além de compor, a partir dos seus membros, o comitê de bacia da Bacia da Baía de Guanabara.



O Observatório atuará aproximando a sociedade - com suas demandas, necessidades e desejos - do poder público e das políticas ambientais, mais especificamente referente ao uso e a conservação dos recursos hídricos no

contexto da gestão ambiental por bacia hidrográfica, e com isso construir, promover ou induzir processos que superem e/ou reduzam o quadro de desigualdades ambientais que assolam a região da sub-bacia do canal do Cunha.

A sub-bacia do Cunha é uma região extremamente complexa, fruto de uma produção da cidade que concentra (e continua concentrando) parte do ônus do desenvolvimento capitalista nos espaços de moradia da classe trabalhadora mais pobre, produzindo um enorme quadro de desigualdade social e ambiental. A sub-bacia do Cunha é uma das regiões hidrográficas mais vulnerabilizadas ambientalmente da cidade do Rio de Janeiro, apresentando um cenário com imensas dificuldades, tais como: áreas com intenso grau de adensamento populacional (favelas); rios e canais excessivamente poluídos com resíduo industrial e doméstico; pouquíssima cobertura vegetal e uma contínua deterioração das nascentes; alagamentos, enchentes e deslizamentos de terra, que afetam principalmente a população mais pobre desse espaço. Soma-se a isso, as questões relativas a violação de direitos ocasionadas por grupos armados que dominam e controlam determinados territórios. Nesse sentido, acredita-se que a população de cada território que compõe a região da sub-bacia do Cunha tem o direito de conhecer, participar, decidir e apontar das políticas públicas ambientais necessárias para a melhora da sua qualidade de vida.



O Grupo de Articulação propõe que o Observatório desenvolva suas iniciativas tendo como pressuposto metodológico o que chamamos de *caminho das águas*, ou seja que as ações do Observatório procurem percorrer os caminhos do rio, de montante para jusante, no sentido nascente-foz. Essa abordagem se faz necessária para garantir que qualquer melhoria nas condições ambientais da sub-bacia do canal do Cunha seja contínua e permanente e refletindo diretamente para a redução da despoluição da baía de Guanabara.

A estrutura do encontro foi pensada com o intuito de compreender os conceitos e as metodologias que darão suporte ao Observatório. Para isso, estruturamos a atividade a partir de dois eixos temáticos: i) Participação social e a gestão por bacia hidrográfica: limites e possibilidades; ii) Reflexões sobre a relação sociedade e natureza na sub-bacia do Cunha. A ideia foi refletir sobre o papel e a importância da bacia hidrográfica como unidade de análise e gestão sócio-ambiental, e a possibilidade de construir uma governança democrática sobre esse recorte espacial. Porém, é necessário ter como princípio que o Observatório é um meio e não um fim em si mesmo, nesse caso pretendemos que se potencialize o protagonismo dos moradores dessa região de transformar e reinventar os seus espaços de vida de acordo com as suas

necessidades e demandas, mas, principalmente, de acordo com os seus desejos; e, com isso ambicionar o direito de ter uma sociedade com futuro, saudável e sustentável.

No primeiro eixo temático tivemos a participação dos palestrantes: Achilles Chirol, do Departamento de Geografia Física - UERJ; e Sérgio Ricardo de Lima, Ambientalista e Membro-fundador do Movimento Baía Viva. O primeiro centrou sua fala na definição e no conceito de bacia hidrográfica, demonstrando a relação dessa unidade espacial aos estudos socioambientais e às políticas públicas. A bacia hidrográfica, nas palavras de Achilles Chirol é um "sistema hidrogeomorfológico que drena água e sedimentos para uma saída em comum", e permite, a partir da dinâmica e da qualidade da água de cada bacia, influir nas medidas de controle do escoamento das águas superficiais, de proteção da vegetação, nos modelos de ocupação do solo e no controle da erosão, por exemplo, já que essas medidas têm reflexos na proteção dos recursos hídricos, quantitativa e qualitativamente. Nessa perspectiva, a gestão ambiental por bacia hidrográfica constitui, uma forma de integrar os sistemas ecológicos e os sistemas sociais que compõem os ambientes. A gestão por bacia possibilita compreender a dinâmica e o fluxo de matéria e energia decorrentes das formas de apropriação do ambiente e sua resultante sócio-ecológica, decorrentes das características econômicas, políticas e culturais da sociedade.

Já Sergio Ricardo, tratou da atual conjuntura política, e constatou que, em paralelo ao surgimento do Observatório da Sub-bacia Hidrográfica do Canal do Cunha, outros Observatórios (o Observatório Pesqueiro da Baía de Guanabara, organizado pela APELT - Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga; e o Observatório do Leste Metropolitano, que nasceu no interior da FFP-UERJ) emergem com a objetivo de pleitear mais participação e controle sobre o que é público, principalmente sobre os usos e destinos do ambiente. Nesse sentido, o palestrante expressou a necessidade de os "observatórios reconhecerem-se mutuamente como instituições e/ou organizações não conflitantes entre si, mas sim agindo colaborativamente". Em outro momento, admite a importância dos espaços formais de participação, como o comitê de bacia da baía de Guanabara, e ressalta a necessidade de ocupação e disputa desses espaços pelos movimentos sociais, afirmando que esses mesmos espaços apresentam

limites efetivos para uma gestão democrática e popular das águas. Isso ocorre devido a um excesso de burocratismo e formalismo para a participação das organizações sociais e, principalmente, ao modelo adotado no Brasil de gestão por bacia. Sobre isso, Sergio Ricardo faz uma contundente crítica: "o modelo de gestão por bacia no Brasil foi copiado do modelo francês, tendo como referência as características do Estado e da sociedade francesa, não se mostrando adequado para a realidade brasileira".

Por isso, a sociedade civil organizada necessita construir novos modelos e metodologias de participação nas políticas públicas ambientais. Nesse contexto, o Observatório da Sub-bacia do Canal do Cunha surge como uma possibilidade efetiva de gestão ambiental participativa, fortalecendo as organizações sociais de cada território, induzindo, cooperando e colaborando na construção de iniciativas para a região da sub-bacia do canal do Cunha. Para que isso se concretize, o expositor apontou alguns eixos de sustentação do Observatório: "pesquisa e monitoramento; desenvolvimento de tecnologias sociais; formação cidadã (formação para a participação nos comitês de bacia); comunicação (transparência para as políticas públicas)".



No debate, tivemos duas intervenções importantes que apontam para a construção do Observatório como um instrumento e um meio para uma governança democrática da região da sub-bacia do canal do Cunha. José Paulo Vicente da Silva, da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/ Fiocruz), complementou a fala do Sergio Ricardo, fazendo uma significativa contribuição política e metodológica para o Observatório ao referir-se a um conjunto de diretrizes que deveriam ser o sustentáculo das ações e iniciativas do Observatório. Ele se referia as ideias-força "conhecimento para a ação, transição tecnológica, formação de quadros e recursos para pesquisa". Em uma outra fala, Michelle Oliveira da EJA - Manguinhos da EPSJV (Educação de Jovens e Adultos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio) falou da importância de se "reforçar uma metodologia que inclua os moradores e as escolas dos territórios da sub-bacia do canal do Cunha nas ações do Observatório".

Na parte da tarde, a mesa tratou do tema *Reflexões sobre a relação sociedade e natureza na sub-bacia do Cunha*, e pretendeu fazer uma reflexão sobre a necessidade de se produzir conhecimento contextualizado para cada território. Em outras palavras, procuramos demonstrar a urgência de fazer pesquisa tendo como lastro os espaços de vida dos moradores da sub-bacia do

canal do Cunha, ou seja, as pesquisas devem partir das necessidades e problemas ambientais de cada território e dos desejos dos seus habitantes, com o intuito de se constituir em um instrumento político para intervenção/transformação dessa realidade, procurando promover um território mais sustentável e saudável. Para isto, será necessário nos valermos, como pressuposto metodológico, dois encaminhamentos teóricos:

1º) a **construção compartilhada de conhecimento**, que entendemos como sendo um "processo comunicacional e pedagógico entre sujeitos de saberes diferentes convivendo em situações de interação e cooperação, que envolve o relacionamento entre pessoas ou grupos com experiências diversas, interesses, desejos, motivações coletivas", com o objetivo de "(...) conquista, pelos indivíduos e grupos populares, de maior poder e intervenção nas relações sociais que influenciam a qualidade de suas vidas" (CARVALHO, ACIOLI & STOTZ, 2001); e

2º) a **pesquisa-ação**, que se refere ao processo investigativo e interativo entre pesquisadores e a população interessada, para gerar possíveis soluções aos problemas detectados na realidade (THIOLLENT e SILVA, 2007).

Nesse eixo tivemos a participação de três palestrantes: Edson Gomes, Gestor e Coordenador Geral da ONG Verdejar Socioambiental; Adriana Sotero, Pesquisadora da ENSP/Fiocruz; e Eloisa Torres, Coordenadora do PSAM - Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara.

O primeiro palestrante fez uma fala marcada pela sua experiência de trabalho e militância por justiça ambiental no Complexo do Alemão e pela conservação da Serra da Misericórdia. Sua exposição demonstrou a importância do conhecimento popular e do saber local ao identificar, nomear e descrever o quadro sócio-ambiental de nascentes e afluentes (muitas ainda não mapeadas pelo poder público, em sua maioria originadas na Serra da Misericórdia) dos rios Timbó e Faria-timbó. A segunda fala, da Adriana Sotero, apresentou os resultados de uma pesquisa intitulada de: *Condições Socioambientais da Comunidade de Manguinhos/RJ: destaque aos aspectos sanitários da Água e do Solo do Peridomicílio*, e procurou relacionar a qualidade da água, dos rios e do solo de Manguinhos com as condições de saúde dos seus habitantes.

Já a palestra da Eloisa Torres, apresentou um diagnóstico do saneamento ambiental dos municípios do entorno da baía de Guanabara, dando um destaque especial para a sub-bacia do canal do Cunha.



Por todo o exposto, o IV Encontro traz para o debate público a construção de um instrumento - o **Observatório da Sub-bacia Hidrográfica do Canal do Cunha** - capaz de contribuir (ao menos, parcialmente) para os grupos sociais de cada território a possibilidade de administrar, decidir e definir os princípios ético-políticos das suas relações com a natureza. O Observatório estrutura-se em quatro linhas de ação: i) **pesquisa** - identificar e desenvolver propostas de soluções para as vulnerabilidades sócio-ambientais decorrentes dos processos geofísicos da sub-bacia hidrográfica do canal do Cunha na sua interface com o desenvolvimento urbano dessa região; ii) **educação** - desenvolver estratégias para a educação da população residente da sub-bacia hidrográfica do canal do Cunha; iii) **difusão** - publicizar o conhecimento, informações e tecnologias sociais produzidos pelos parceiros envolvidos e por outras instituições e organizações sociais; e iv) **gestão** - potencializar as ações das organizações sociais e das instituições integrantes do Observatório na gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. Assim, o Observatório tem como

horizonte político de ação o desenvolvimento e a promoção de uma governança democrática para a região da sub-bacia do canal do Cunha, ampliando e qualificando a participação das entidades populares na gestão dos recursos hídricos no âmbito do comitê de bacia da baía de Guanabara.